

---

**OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO PARAGUAI:  
FATORES QUE CONSTITUEM OS DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS DOS MORADORES  
DO BAIRRO JARDIM OLIVEIRA, CÁCERES, MT**

**OCCUPATION AND APPROPRIATION OF THE LEFT MARGIN OF THE  
PARAGUAY RIVER: FACTORS THAT CONSTITUTE THE SOCIO-ENVIRONMENTAL  
DILEMMAS OF THE RESIDENTS OF JARDIM OLIVEIRA NEIGHBORHOOD, CÁCERES,  
MT**

**OCUPACIÓN Y APROPIACIÓN DEL MARGEN IZQUIERDA DE RÍO PARAGUAY:  
FACTORES QUE CONSTITUYEN LOS DILEMAS SOCIOAMBIENTALES DE LOS  
RESIDENTES DE BAIRRO JARDIM OLIVEIRA, CÁCERES, MT**

**Almerinda Auxiliadora de Souza**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Cáceres/MT, Brasil

[almesouza@hotmail.com](mailto:almesouza@hotmail.com)

**Flávio Bezerra Barros**

Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Belém/PA, Brasil

[flaviobb@ufpa.br](mailto:flaviobb@ufpa.br)

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo descrever o processo histórico de ocupação do Jardim Oliveira e como ocorreu a apropriação da margem esquerda do rio Paraguai no bairro. Buscou-se ainda entender como esses fatos interferiram ou interferem nas relações socioambientais nos dias atuais dos moradores da localidade. O Jardim Oliveira está localizado na cidade de Cáceres/MT, afastado do centro da cidade, a aproximadamente 3,5 km. A pesquisa possui caráter descritivo com abordagem qualitativa. Está ancorada em fontes bibliográficas e documentais. Para a coleta de dados, utilizamos os procedimentos metodológicos pautados em observação e em entrevista semiestruturada com roteiro previamente elaborado, aplicado a 20 moradores do Jardim

---

Oliveira. Os resultados da pesquisa indicam alguns elementos importantes que são fundamentais para compreender como era a área pertencente ao Jardim Oliveira antes da ocupação, a qual passou por longas e diversas metamorfoses causadas pelas empresas que por lá foram instaladas. As lembranças e resistências dos moradores em relação à ocupação são descritas a partir do que vivenciaram, do que viram quando chegaram ao local e nele adquiriram suas experiências. Percebe-se os ganhos com a terra e as novas dinâmicas socioeconômicas de formas de uso e valores que se instalaram na margem do rio. Na atualidade é visível a divisão do bairro, se de um lado há casas residenciais e de veraneio, pousadas que levam os muros há alguns metros e que ocupam a margem do rio, do outro lado há moradores do bairro que dependem do rio para o seu trabalho, para a pesca de subsistência e para o lazer.

**Palavras-chave:** Ocupação; apropriação; Rio Paraguai; Jardim Oliveira; questões socioambientais.

## ABSTRACT

This article aims to describe the historical occupation process of Jardim Oliveira and how the left margin of the Paraguay River was appropriated in the neighborhood. It was also sought to understand how these facts interfered or interfere in socioenvironmental relations in the current days of the residents of the locality. Jardim Oliveira is located in the city of Cáceres / MT, away from the city center, approximately 3.5 km away. The research has a descriptive character with a qualitative approach. It is anchored in bibliographic and documentary sources. For data collection, we used the methodological procedures based on observation and semi-structured interview with a previously prepared script, applied to 20 residents of the Jardim Oliveira. The research results indicate some important elements that are fundamental to understand what the area belonging to Jardim Oliveira was like before the occupation, which underwent long and diverse metamorphoses caused by the companies that were installed there. The residents' memories and resistance in relation to the occupation are described based on what they

---

experienced, what they saw when they arrived at the place and acquired their experiences there. We can see the gains with the land and the new socioeconomic dynamics of forms of use and values that settled on the river margin. Nowadays the division of the neighborhood is visible, if on one side there are residential and summer houses, inns that take the walls for a few meters and that occupy the river margin, on the other side there are residents of the neighborhood that depend on the river for their work, subsistence fishing and leisure.

**Keywords:** Occupation; appropriation; Paraguay River; Jardim Oliveira; socio-environmental question.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir el proceso histórico de ocupación de Jardim Oliveira y cómo la orilla izquierda del río Paraguay se apropió en el vecindario. También se buscó entender cómo estos hechos interfieren o interfieren en las relaciones socioambientales en los días actuales de los residentes de la localidad. Jardim Oliveira se encuentra en la ciudad de Cáceres / MT, lejos del centro de la ciudad, a unos 3,5 km. La investigación tiene un carácter descriptivo con un enfoque cualitativo. Está anclado en fuentes bibliográficas y documentales. Para la recopilación de datos, utilizamos los procedimientos metodológicos basados en la observación y la entrevista semiestructurada con un guión previamente preparado, aplicado a 20 residentes de Jardim Oliveira. Los resultados de la investigación indican algunos elementos importantes que son fundamentales para comprender cómo era el área perteneciente a Jardim Oliveira antes de la ocupación, que sufrió largas y diversas metamorfosis causadas por las empresas que se instalaron allí. Los recuerdos y la resistencia de los residentes en relación con la ocupación se describen en función de lo que experimentaron, lo que vieron cuando llegaron al lugar y adquirieron sus experiencias allí. Podemos ver las ganancias con la tierra y la nueva dinámica socioeconómica de formas de uso y valores que se asentaron en la orilla del río. Hoy en día la división del vecindario es visible, si por un lado hay casas residenciales y de verano,

posadas que toman las paredes por unos metros y que ocupan la orilla del río, por el otro lado hay residentes del vecindario que dependen del río para su subsistencia. trabajo, pesca de subsistencia y ocio.

**Palabras clave:** Ocupación; apropiación; Río Paraguay; Jardim Oliveira; Cuestiones socioambientales.

---

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo descrever o processo histórico de ocupação do bairro Jardim Oliveira da cidade de Cáceres-MT, localizada na microrregião do Alto Pantanal e mesorregião do Centro Sul Mato-grossense, bem como analisar como ocorreu a apropriação da margem esquerda do rio Paraguai no referido bairro. Buscou-se ainda entender como esses fatos interferiram ou interferem nas relações socioambientais nos dias atuais dos moradores. Conforme Silva e Sato (2010), compreender o processo de ocupação de um lugar se constitui “imperativamente importante, pois neste movimento histórico é que surgem muitos conflitos socioambientais e as mais acirradas disputas pelos serviços ecossistêmicos”.

O Jardim Oliveira tem origem numa ocupação ocorrida no ano de 1996 por pessoas que em sua grande maioria ficaram desempregadas na ocasião da desativação da EMPA (Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agrícola), que ao se depararem com a situação de abandono da área, significou para os excluídos a possibilidade para a construção de uma comunidade, ocupando a área em pequenos lotes, onde seria possível morar e plantar. O bairro foi se formando espontaneamente, crescendo sem infraestrutura e sem planejamento urbanístico (ZART et al., 2016). Por essa razão o bairro Jardim Oliveira é considerado periférico quando comparado ao centro da cidade de Cáceres-MT (AMORIM, 2003). O mesmo possui características rurais, parece não pertencer ao perímetro urbano, sinalizado ao atravessar a BR 070 e seguir pela rua de terra, a cidade parece ficar para trás (SOUZA, 2015).

Diante do exposto, a busca pela compreensão do Jardim Oliveira a partir da realidade de seus moradores é que norteia as questões centrais desse estudo: como o processo de apropriação da margem esquerda do rio Paraguai interfere nas relações socioambientais de seus moradores? Como está estabelecida a relação dos moradores do Jardim Oliveira com o lugar?

Destaca-se que as pesquisas bibliográfica e documental foram importantes para compreender o processo histórico e geográfico diante das transformações ocorridas na área. Ao analisarmos os dilemas socioambientais da localidade, nos pautamos na realidade concreta dos

---

moradores participantes da pesquisa, em seus relatos, trajetórias, lutas e resistências para permanecer no local, os quais permitiram olhar de forma contextualizada para o lugar. Conforme Tuan (2013), o lugar é construído a partir das experiências e dos sentidos ao envolver o sentimento, a cultura, a história de vida, as relações sociais estabelecidas, ao buscar o entendimento da relação do ser humano com o meio, assim constituindo a aproximação com as humanidades, o sentido à existência do ser no mundo.

Verifica-se no processo de ocupação do bairro Jardim Oliveira, em relação ao processo histórico de Cáceres, um ponto em comum: “a margem esquerda do rio Paraguai”. Cáceres teve a sua ocupação iniciada ainda no século XVIII com o surgimento do núcleo urbano a partir da área marginal (SILVA, 2011). Além do cais, que visava o fortalecimento da economia local, foram construídas as primeiras casas que, posteriormente, se configuraram em pontos comerciais voltados para bares, restaurantes e lojas, assim como há no leito do rio restaurantes flutuantes e barcos-hotéis de grande porte.

De acordo com Mendes (2010), Cáceres, que em seu processo de ocupação era denominada “Vila Maria”, foi assentada pelas questões territoriais, por estar situada em um terreno plano e arenoso, foi estrategicamente escolhida como parte integrante de um conjunto de medidas de ordens e estratégias políticas, haja vista que a cidade era a chave da navegação fluvial com o estado de São Paulo, destacando-se o rio Paraguai, que a partir de sua fundação, ocorre a evolução da vila, conseqüentemente, o aumento urbano.

Mendes (2010) descreve que a vida urbana em Cáceres iniciou-se ainda em 1861 com o aumento da área habitada, o que representava apenas seis ruas e dois cruzamentos, porém extensas. Era composta de uma praça e uma pequena igreja, e as primeiras casas foram construídas em seu entorno, ocorrendo assim a expansão da cidade, prevalecendo o acesso ao rio Paraguai, pois este cercava, a Oeste, a praça e a povoação.

---

Anos depois a expansão urbana da cidade de Cáceres passa a fazer parte das políticas territoriais de integração nacional, que ocorreram no Governo de Getúlio Vargas, ocasião em que visava à incorporação de novas áreas ao processo produtivo e à ocupação dos ditos “espaços vazios”. Moreno (1999, p. 75) menciona que a colonização estimulava o fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteira.

Os estudos realizados por Santos e Zamparoni (2012, p. 131) apontaram que a população de Cáceres tem crescido consideravelmente a partir da década de 1980, cuja ocupação maior ocorreu na área urbana do município. Por essa razão novos bairros foram surgindo, conseqüentemente, a expansão da malha urbana, isso porque no ano de 1953 a concentração dos habitantes se restringia à área central da cidade, mais precisamente nas proximidades da Praça Barão do Rio Branco; essas pertenciam apenas às famílias tradicionais cacerenses, de renomes e possuidoras de poder aquisitivo (SANTOS e ZAMPARONI, 2012). Os mesmos autores apontam que Cáceres expandiu-se na medida em que recebeu o contingente populacional, que foi se agrupando a Sul e a Oeste da cidade. Tal expansão acompanhou a margem do rio Paraguai, abrangendo o centro antigo da cidade, os bairros Quebra Pau e Ponte e já na década de 1980, assim, “a malha urbana da cidade de Cáceres triplica na escala de abrangência no período de 1966 a 1989 (SANTOS e ZAMPARONI, 2012, p. 132).

Os conflitos socioambientais, no contexto urbano, surgem na maioria das vezes no processo de expansão urbana das cidades, seja ela de pequeno, médio ou de grande porte (SILVA e SATO, 2010). A falta de gestão pública e de políticas apropriadas para o uso e ocupação do solo é uma das causas propulsoras para o crescimento desordenado, implicando em problemas socioambientais que podem levar anos para correção e uso adequado do solo, interferindo diretamente na vida da população.

Conforme Santos e Zamparoni (2012, p. 124), “o processo de expansão urbana e, conseqüentemente, o uso inadequado do solo, tem causado e acarretado problemas socioeconômicos e ambientais em todas as cidades brasileiras”. Em Cáceres, a partir desse

---

fenômeno, passaram a surgir os loteamentos irregulares. Em estudos realizados por Silva (2011), a expansão territorial da cidade ocorreu de maneira expressiva em direção à margem do rio Paraguai, coadunando no aumento da pressão antrópica sobre este rio.

### **A metamorfose histórica e o contexto de ocupação da área onde está instituído o Jardim Oliveira**

O processo histórico de ocupação do Jardim Oliveira aconteceu no ano de 1996, primeiramente por pessoas que se organizaram para ocupar a área que pertencia a EMPA. As primeiras ocupações ocorreram a partir da sede administrativa da referida empresa. Anos depois o bairro passou por uma nova configuração em seu espaço geográfico, quando a área marginal do rio Paraguai foi apropriada e construídas casas, pousadas, restaurantes, pesqueiros e tablados.

No contexto da metamorfose ocorrida na área, os fatos mais marcantes são descritos a partir de fontes bibliográficas e documentos oficiais (decretos, mapas, escrituras da área de estudo, acervos históricos). Os anos como referência baseiam-se entre 1950 a 2002 e 2014. Demarcamos 1950 como o ano em que a área foi doada pela Prefeitura Municipal de Cáceres para a instalação de empresa que atendesse a agricultura na região. Em 2002, o bairro Jardim Oliveira já em ocupação, recebeu pequenas melhorias e a intensificação da apropriação da margem esquerda do rio e, em 2014, ocorreram as alterações da nomenclatura das ruas do bairro.

A área onde está localizado o Jardim Oliveira pertencia à Prefeitura Municipal de Cáceres, foi doada no ano de 1950 à União Federal através do Decreto de nº 13, datado de 16/09/1950. Constam nos registros notariais de Cáceres-MT que estas terras foram doadas para que no referido local fosse instalado um “Posto Agropecuário ou outro estabelecimento semelhante ao de Fomento à Agricultura”, transferindo, de forma irrevogável, todo o direito,

---

posse, ação, domínio e servidões que tinham a Prefeitura sobre a área.

As terras que foram doadas pela prefeitura eram de um local chamado CABRAL. De acordo com os registros do Cartório do 1º ofício da Comarca de Cáceres, nas descrições aponta que essas terras tinham características de chácara, de rocio, localizadas no subúrbio sul limitando com o rio Paraguai, havendo apenas uma pequena casa. Logo, nos leva a crer que as terras só foram doadas por ser em área rural, com 3,5 km de distância do centro urbano, um local que apresentava pouca validade, pois não existiam a infraestrutura (luz, água encanada e saneamento básico). Quanto à topografia do lugar observaram-se duas áreas distintas: uma parte firme e outra parte baixa, situada na margem esquerda do rio, com solo argiloso de difícil aeração e com vegetação típica do baixo Pantanal (relatório das atividades do Posto Agropecuário de Cáceres–MT, 1978).

A primeira empresa instalada no local foi a PAC (Posto Agropecuário de Cáceres), inaugurada somente no dia 7 de setembro de 1951. De acordo com os documentos oficiais, a discriminação da área era de 80 ha de Cerrado, 30 ha de mata, 10 ha de terra sujeita a alagação, 20 ha em capoeiras, 10 ha em cultura e 11 ha em campos naturais, sendo o valor das terras na época da doação estimado em CR\$ 50,000 (Cinquenta mil cruzeiros) (AMORIM, 2003).

As principais atividades desenvolvidas nesse posto agropecuário eram voltadas para o cultivo de arroz, milho, feijão, laranja-cravo e capim Guatemala. Já nos anos de 1955 a 1960 passam, além dos produtos já citados, a plantar mandioca e a produzirem farinha de mandioca. No pomar colhiam-se em média de 120 kg de sementes frutíferas. Cerca de 800 kg de feijão preto. O enxerto de 2.128 frutas cítricas. Cana-de-açúcar, capim-colonião e capim-de-planta. O cultivo do café se apresentava em fase de experiência com 20.000 mudas selecionadas, a produção de 3.000 mudas de bananas maçã e a produção de viveiro (relatório das atividades do Posto Agropecuário de Cáceres–MT, 1978).

A segunda instituição instalada na área foi o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), no ano de 1963. Este realizou a instalação de abastecimento de energia

---

elétrica e hidráulica de maneira incipiente para que pudesse atender as atividades em lavoura, pois havia plantações de diversas espécies de grãos e hortaliças, assim como aviário e campo para pastagens dos animais pertencentes ao posto, lima-da-pérsia.

Em 1970 ocorreu a instalação da ESMET – (Estação de Meteorologia) na localidade, ficando aos cuidados de dois funcionários que exerciam a função de observadores. E em 1971 as atividades que eram desenvolvidas na área pelo MAPA foram cessadas por determinação do próprio MAPA, por apresentar irregularidades para o desenvolvimento das atividades, o laudo de avaliação do local apontava que a rede elétrica se encontrava em péssimas condições para uso. Os galpões destinados ao abrigo das máquinas e motores estavam em estado precário de conservação, apenas a estação climática foi avaliada em perfeito estado para utilização; por essa razão, ainda permaneceu no local.

Em 1979, a terceira empresa instalada na área seria a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), isso porque a União incorporou a área para esta empresa, ocasião em que foi averbado o termo de retificação da Escritura Pública de Doação, confirmada à entrega do imóvel para a realização de atividades específicas, em conformidade com o Decreto Lei nº 9760 de 05/09/1946, a entrega foi feita e registrada no Cartório do 1º Ofício de Cáceres/MT.

Segundo Amorim (2003), no mesmo ano (1979), diante da inspeção, foi realizado o pedido de reversão da área. Por parte da Prefeitura Municipal de Cáceres, o imóvel passou a pertencer à União, para integralização do Capital Social da EMBRAPA, a partir do Decreto de nº 83.259, de 08/03/1979, publicado no diário Oficial da União, em 09/03/1979, ficando no aguardo da transferência pelo Serviço do Patrimônio da União, porém, esta nunca exerceu as atividades cabíveis e a área ficou “parada” durante o período de 10 anos, sendo então mantida pelos funcionários que moravam na sede.

De acordo com Amorim (2003) até esse período todas as empresas que foram instaladas eram Federais, e, em 1982, a área em questão voltou a ser reativada, passou para a competência

---

Estadual, respondendo pelo nome EMPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso), sendo esta a quarta empresa instalada na área. Essa empresa realizou reformas e ampliações na sede administrativa e nas casas que eram destinadas para os funcionários que trabalhavam no local.

Amorim (2003) destaca que, a partir de então, a EMPA passou a funcionar e a exercer suas atividades normalmente durante onze (11) anos e tendo como principal atividade o exercício da Pesquisa Experimental. Menciona que tudo era muito bem conservado, durante a semana o acesso para o local era normal, bastava identificar-se, ao passo que nos finais de semana a entrada só era permitida mediante autorização. Destaca a autora que a margem esquerda do rio Paraguai era intacta e natural, sem a presença de impactos ambientais, diferentemente como se apresenta nos dias atuais (AMORIM, 2003, p. 42).

No ano de 1989, dentro da área pertencente à EMPA, foi construída uma instalação para o funcionamento de um porto denominado PORTOBRÁS, porém, no ano de 1990 foi vetado pelo Governo Collor, ficando estagnado e sem funcionamento.

Em 1992 a EMPA fora desativada e definitivamente deixou de realizar suas pesquisas na referida área. Estas passaram a ser realizadas na localidade do Fação, já denominada EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT), sendo que as questões administrativas foram transferidas para a sede instalada próxima a Prefeitura Municipal de Cáceres que permanece até os dias atuais.

Dessa forma, com a mudança da empresa para outro local, a área ficou abandonada, bem como a sede administrativa e as casas onde os funcionários da empresa EMPA moravam; no entanto, estas estavam em bom estado de conservação. Segundo Amorim (2003, p. 43), com o abandono da área, tornou-se uma porta aberta para a ocupação. Tal fato ocorreu primeiramente nas casas da sede onde moravam os funcionários da EMPA, em seguida a notícia se espalhou e vieram pessoas de diversos lugares e lá se instalaram.

---

No ano de 1996 a área foi ocupada, de forma geral, por cidadãos que se organizaram e se denominaram sem tetos, pois faziam parte desse movimento pessoas que alegavam que não tinham moradia própria, pessoas que moravam em fazendas, sítios e chácaras, trabalhadores, desempregados, pescadores profissionais que moravam em bairros distantes, mas exerciam a pesca nas proximidades da EMPA, se juntaram a este movimento de ocupação pessoas que moravam em condições sub-humanas, em lixão do bairro Santo Antônio, sendo este um bairro periférico da cidade de Cáceres/MT.

De acordo com Souza (2015), a esse movimento reuniu um grande número de pessoas, na ocasião a área foi dividida por lotes de 15 por 30 metros aos ocupantes. Quando a notícia chegou ao governo do Estado de Mato Grosso, o então Governador Dante de Oliveira, em visita ao local, constatou o quantitativo de famílias na localidade. Por questão política se viu em uma posição em que algo teria que ser feito, dessa forma sancionou em lei a doação da área para a Prefeitura Municipal de Cáceres para que esta providenciasse a regularização da área aos moradores que faziam parte do movimento ocupacional.

Este fato foi amparado através da Lei s/n datada de 10/11/1998, proveniente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, aprovada e sancionada pelo então governador do estado, Dante de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a adquirir da EMPAER. Esta, por sua vez, contemplava seis artigos, e explícito no Art. 1º e Art. 3º que destacavam que o imóvel seria doado à Prefeitura Municipal de Cáceres, e destinado “exclusivamente ao assentamento das pessoas já cadastradas e selecionadas pelo município e pela unidade executora local do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”.

No entanto, os encaminhamentos não ficaram a cargo do INCRA, tendo em vista que não se tratava de divisão de terras que viesse a atender a reforma Agrária, mas sim de um loteamento populacional, nesse caso, de competência da Prefeitura Municipal de Cáceres.

---

Diante da ocupação do bairro Jardim Oliveira, os moradores se organizaram e formaram uma diretoria, para que tivessem seus representantes legais, os quais poderiam tomar frente e intermediar o diálogo com as autoridades e com os órgãos competentes, a fim de defender os seus interesses na tentativa de se conseguir junto aquele movimento popular a tão sonhada moradia.

A primeira reunião foi registrada em Ata no dia 14 de dezembro de 1996. Foi assinada pelos participantes da reunião, os quais tinham o interesse em resolver a situação para poder construir suas casas, tendo em vista que, na ocasião, a orientação era construir no local apenas “barraco” de madeira, pois se precisassem sair do local seria mais fácil e teriam realizado menos investimentos.

Em 9 de maio de 1997, em reunião realizada com a finalidade de negociar a área da antiga EMPA que já estava ocupada, contava-se com um número expressivo de 912 famílias cadastradas. Na reunião todos foram alertados quanto à manutenção e limpeza de seus lotes, no prazo de 15 dias. Nesse mesmo ano, a área passou a ter categoria de bairro através da Lei Municipal nº 1.411 de 08/10/1997. A partir de então, a Prefeitura Municipal de Cáceres passou a realizar a cobrança do IPTU (Imposto Predial Territorial e Urbano) e pequenas benfeitorias foram realizadas, a população passou a receber em suas residências água encanada, energia elétrica, ruas foram cortadas e identificadas por ordem numérica.

Após a divisão dos lotes para as famílias participantes da ocupação, o passo seguinte foi o de definir o nome para o bairro, considerando que já não se tratava de uma área de pesquisa experimental, mas sim área habitada, assim, o nome Jardim Oliveira surgiu a partir de reunião realizada e escolha entre os moradores da área.

A partir do ano de 2002 o bairro já apresentava algumas melhorias ainda de forma incipiente, com projeto para rede de energia e água encanada, no entanto, não atendeu no primeiro momento a toda população que lá ocupava, foi realizada em etapas, tendo em vista o quantitativo de famílias que já estava instalado. Dessa forma, a 1ª etapa do projeto contemplou

---

apenas cerca de 240 famílias (AMORIM, 2003). Essa etapa atendeu primeiramente aos moradores das casas localizadas nas proximidades da margem esquerda do rio Paraguai e das casas nas proximidades do bairro Jardim Imperial, pois este bairro já possuía rede de energia elétrica.

Até os dias atuais os moradores não possuem a documentação de seus lotes, principalmente os moradores localizados à margem esquerda do rio, que aguardam a decisão da justiça para conseguir a documentação (COSTA et al., 2014). Dessa forma, o IPTU é o único documento que os moradores possuem em mãos. Estes lhes dão garantia como proprietários da área em que residem. Por mais que efetuem o pagamento do referido imposto, a área está sob processo judicial devido à localização de área de APP (Área de Proteção Permanente) e por ser pertencente à União.

Em 2014 a Prefeitura Municipal de Cáceres criou a Lei nº 2.431 de 12 de maio de 2014, cuja finalidade era denominar as Ruas, Avenidas e outros logradouros da cidade. Tem a propositura ainda de definir o marco de referência para numeração dos imóveis, desmembramentos de bairros, visando atender ao projeto de codificação postal no município de Cáceres/MT. Assim, suas ruas, avenidas e logradouros foram reorganizados.

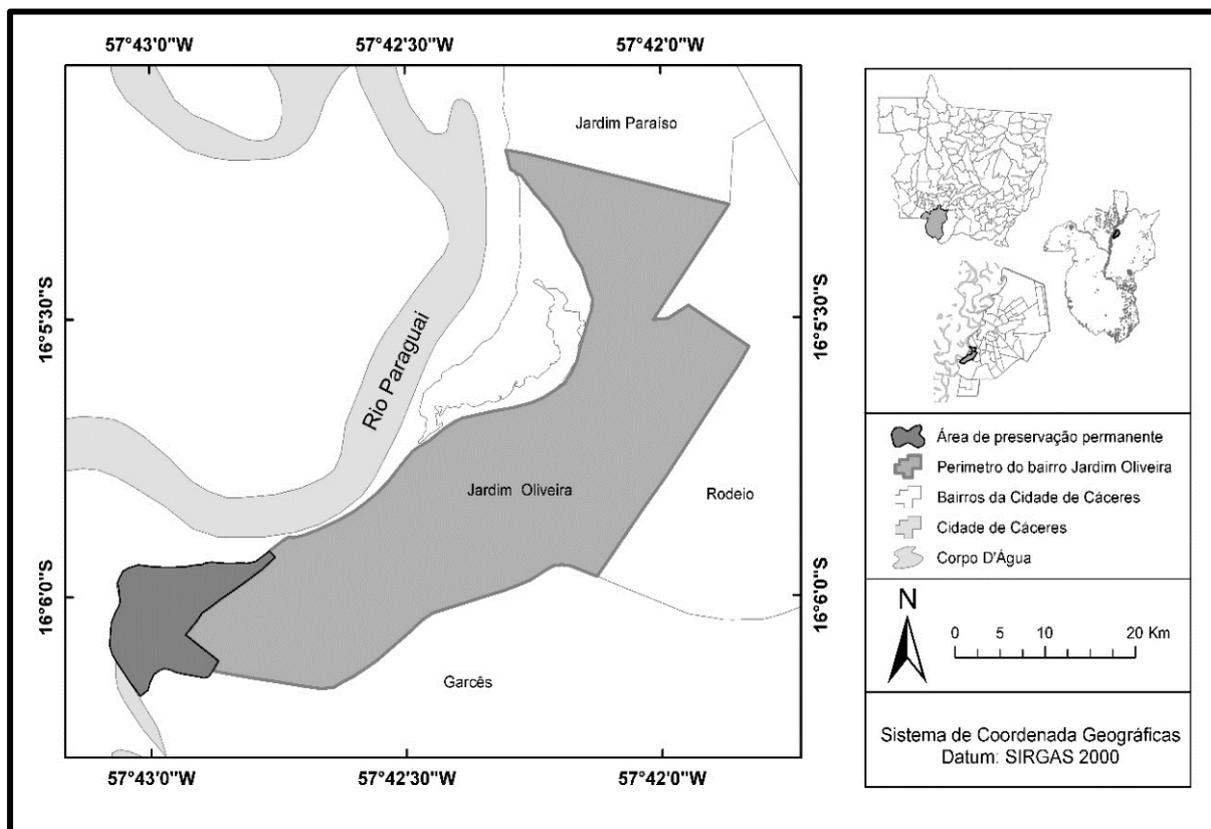
## **MATERIAL E MÉTODO**

### **Localização, caracterização da área de estudo e definição dos interlocutores**

O presente estudo foi realizado no Jardim Oliveira, sendo este um bairro da cidade de Cáceres/MT, localizado à margem esquerda do rio Paraguai (Figura 1). Está afastado do centro da cidade de Cáceres, aproximadamente a 3,5 km. Limita-se com o rio Paraguai e com os bairros Rodeio, Garcês, Jardim Paraíso e Jardim Imperial.

O estudo foi realizado com moradores do bairro. Por questão ética da pesquisa procurou-se manter preservadas suas identidades, portanto não revelou-se os seus verdadeiros nomes. O critério de inclusão foi: adesão à participação, ser morador do bairro nas proximidades do rio Paraguai e da margem esquerda do rio Paraguai, partindo do centro histórico do bairro, onde esses foram agrupados em: Grupo 01 - Moradores das proximidades do rio Paraguai; Grupo 02 - Moradores permanentes na margem esquerda do rio Paraguai; Grupo 03 - Moradores usuários do rio Paraguai (pescadores profissionais, pescadores amadores e lazer), tanto da margem esquerda, quanto das proximidades; Grupo 04 - Moradores proprietários (residenciais e comerciais), tanto da margem esquerda quanto das proximidades.

**Figura 1: Mapa de localização do Bairro Jardim Oliveira – Cáceres, MT, Brasil.**



Fonte: Elaboração LIMA, LAPEGEOF, 2016.

---

### **Procedimentos metodológicos de coleta de dados**

A pesquisa possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Conforme Minayo (1994), o método qualitativo responde às questões muito particulares e se constitui como a melhor forma de compreender os dilemas socioambientais vivenciados pelos moradores do Jardim Oliveira. Para Bogdan e Biklen (1994); Lüdke e André (1986), o diálogo, a interação, a troca de saberes e as experiências permitem a aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, bem como, com o objeto investigado.

A pesquisa está ancorada em fontes documentais e bibliográficas, as quais foram fundamentais para o levantamento teórico sobre os aspectos histórico e geográfico da área de estudo. Segundo Gil (2006, p. 66), as fontes documentais se valem de materiais que não receberam ainda tratamento analítico. Dessa forma, a descrição ocorreu a partir de: decretos; Leis Municipais; escrituras da área de estudo; relatório das atividades do posto agropecuário de Cáceres; mapas; relatório de levantamentos de tablados, acampamentos, ranchos e píeres da SEMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente); acervos históricos disponíveis nos órgãos governamentais: Prefeitura Municipal de Cáceres, SEMA/MT (Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso), Museu Histórico, Arquivo Municipal, assim como, em fotografias disponibilizadas pelos participantes da pesquisa e atas das primeiras reuniões de moradores da Associação dos moradores do bairro Jardim Oliveira.

Na coleta de dados, utilizamos procedimentos metodológicos pautados em observação e entrevista semiestruturada com roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram aplicadas nas residências dos participantes. Para os registros das informações tivemos como auxílio o caderno de campo, uso de gravador e câmera fotográfica. As imagens registradas se constituíram como recursos de grande importância na construção dos resultados, seguida da análise e das discussões. Portanto, ao utilizar os instrumentos técnicos foi necessária a autorização dos participantes da pesquisa a partir do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

---

## **Análise e interpretação dos dados**

A partir de leitura dos documentos, da coleta de dados e da realização das transcrições das entrevistas é que iniciamos os trabalhos de análise e interpretação dos dados. De acordo com Ludke e André (2012, p. 45), esses momentos implicam primeiramente na organização de todo material coletado, dividindo-o em partes, relacionando as mesmas e procurando identificar as tendências e os padrões relevantes.

A análise documental na perspectiva de Richardson (2010, p. 230) consistiu nos estudos dos documentos pertinentes à área do Jardim Oliveira, assim, a metamorfose histórica foi construída considerando os fatos sociais mais marcantes e suas relações com o tempo sócio-econômico-político-cronológico.

Na análise e na interpretação dos dados, priorizamos as falas que viessem a contemplar o objetivo do estudo. Conforme Gomes (2007), em pesquisa qualitativa não há necessidade de abranger a totalidade das falas e das expressões dos interlocutores, dessa forma, buscamos na análise e na interpretação os caminhos que permitissem ancorar todo material coletado (GOMES, 2007, p. 81).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Apresentação dos aspectos socioeconômicos dos participantes do estudo**

Participou do estudo um total de 20 moradores, sendo 11 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A idade dos participantes variou entre 28 e 81 anos, concentrando-se na faixa etária entre 33 e 37 anos cinco participantes, e de igual forma, entre 60 e 64 anos, entre 42 e 44 anos e entre 74 e 79 tivemos três participantes.

Quanto a naturalidade, a maioria dos moradores participantes do estudo é migrante de outros estados brasileiros; alguns relataram que antes de morar no bairro Jardim Oliveira já

---

residiam na cidade de Cáceres, 35% dos moradores são de origem de Mato Grosso, sendo estes 25% da cidade de Cáceres e 10% de Rio Branco (município que faz parte da região de Cáceres), 20% de São Paulo (SP), 15% de Minas Gerais (MG), 10% de Goiás (GO), 10% de Mato Grosso do Sul (MS), 5% do Paraná (PR) e 5% de Rondônia (RO).

Ao considerar o número de migrantes por região brasileira, percebe-se a presença significativa da região Sudeste composto pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. A presença de migrantes dessas regiões na cidade de Cáceres é apontada por Santos (2009) como um processo migratório ocorrido ainda nos anos de 1950 e intensificado nos anos de 1960/70, anos em que a política de integração tinha como finalidade o desenvolvimento da região de Cáceres/MT.

Os estudos realizados por Santos e Zamparoni (2012) apontaram que o crescimento demográfico em Cáceres nos anos de 1990, 2000 e 2010 representou significativas mudanças nos padrões socioeconômicos, culturais e ambientais na cidade. Isso porque ocorreu fortemente o fluxo migratório e conseqüentemente a expansão dos bairros da cidade.

Dos 20 moradores entrevistados, 7 (sete) são moradores desde a ocupação ocorrida no ano de 1996, os demais residem de 2 a 17 anos na localidade. É pertinente dizer que há uma diferenciação entre as formas de aquisição das moradias. Observa-se que há moradores, desde a ocupação, participantes ativos e aqueles posteriores a ocupação, entre estes os que compraram dos grileiros e os que moram em casas cedidas ou alugadas. Os dados do estudo revelaram também que, os moradores que não são proprietários, o motivo pelos quais vieram morar no Bairro Jardim Oliveira está voltado para os laços de parentesco, os quais cederam a casa para morar, neste caso, não tiveram escolha.

Os moradores participantes do estudo que compraram os lotes e construíram suas moradias apresentaram os motivos da escolha pelo lugar, que estão associados pelo baixo preço do lote na época, pela localização do rio Paraguai e por ser um lugar calmo em relação a agitação do centro da cidade. Verifica-se que a escolha, a partir do baixo preço, se dá em razão da

---

localização do rio, considerando que no bairro a área hoje é muito mais valorizada, devido às transformações que ocorreram no lugar.

A área total dos lotes é de 15 por 30. Há que se destacar que a maioria dos moradores permanentes da margem esquerda do rio Paraguai ultrapassou a área do loteamento chegando a ocupar 15/100. Sobre isso, dois participantes do estudo disseram que pagam o imposto para a União Federal por ocupar a margem esquerda do rio, 1 (um) respondeu que paga apenas o IPTU referente a área que corresponde a sua residência, esta relatou que desconhece o fato de ter que pagar por ultrapassar e ocupar a área pertencente à união. Uma das interlocutoras relatou que não ultrapassa a margem esquerda do rio Paraguai para que a população local, como pessoas de outro bairro, possam ter acesso ao rio.

### **A ocupação do Jardim Oliveira: o lugar de lembranças e de resistências**

As lembranças dos moradores em relação à ocupação são descritas a partir do que vivenciaram, do que viram quando chegaram ao local e nele adquiriram suas experiências. Conforme Tuan (1980, p. 114), a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. Tais acontecimentos são trazidos para perto através da realidade presente e ganha certa permanência e significado.

Halbwachs (1990) enfatiza que um indivíduo que lembra, é aquele em que se encontra inserido e habitado de certa forma em grupo de referência, sendo este um grupo do qual o indivíduo já fez ou faz parte, nele estabelece relações, não necessariamente pela presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem em retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. Reforça ainda que a lembrança é consecutivamente fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social conciso.

A lembrança é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento ao reportar o sentimento do já visto. É reconstrução, sobretudo, em dois sentidos: primeiro, porque não é

---

repetição linear de acontecimentos e vivência de um passado, mas sim o resgate destes acontecimentos e das vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais, por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, p. 288).

Pollack (1989) enfatiza que a referência ao passado serve para manter a harmonia das pessoas, tanto de forma coletiva como individualmente, reafirmando as instituições que fazem parte de um determinado grupo ou sociedade.

Quando perguntamos se poderiam nos contar um pouco da história que sabem sobre o bairro Jardim Oliveira, apenas os moradores que residem antes e desde a ocupação souberam relatar o que vivenciaram na época da ocupação da área. O senhor Natalino, ao remeter-se ao passado, nos revelou que é um dos moradores desde a ocupação do bairro e recorda que na área só tinha uma rua *“Esse bairro aqui, só tinha uma carreira de rua, entramos aqui a pé. Eram só colonhão, daqui lá na entrada do bairro no jardim Imperial, tinha apenas umas entradas aqui e ali”*.

Presente nas lembranças também do senhor Zé Carlinhos *“as estradas era trieiro, só tinha uma rede de energia particular que ligava o bairro só, então era aquela escuridão e tiros, mais veredinhas, as pessoas iam para o rio naquele, num trierinho”*.

As expressões carreira de rua, trieiro, trierinho, veredinhas, são caminhos estreitos de difícil locomoção, aberto por passagens sucessivas, representadas nas falas dos interlocutores, o que significa dizer que havia essas possibilidades de adentrar na área em meio ao colonhão (*Panicum maximum*), também conhecido por colonião, uma espécie arbórea típica de terras firmes que cresce em regiões tropicais e subtropicais (LORENZI, 1992).

Nas falas dos interlocutores são destacadas as suas primeiras impressões ao chegarem ao local, uma área de difícil acesso, era tomada pela vegetação, pois tratava-se de uma área com

---

característica rural, dado as empresas que por lá se instalaram e faziam os experimentos com diversas plantações.

Verifica-se que os moradores, pioneiros no local, enfrentaram a escuridão, além disso, percebe-se nas falas as marcas do momento inicial, que eram regadas pelas incertezas se estes permaneceriam ou não no local, conforme relatou a senhora Josefa “*Cada um vinha, pegava o lote e limpava, aí durou muito tempo nessa despeja e não despeja*”.

Evidenciando-se a insegurança por parte dos moradores, muitos deles para assegurar o seu pedaço de terra construíram barracos, o que demandava menos custos, pois viviam com as constantes ameaças de despejo, que poderia ocorrer a qualquer momento a essas famílias.

A questão da insegurança levou muitos moradores a desistirem, isso porque os que não resistiram à pressão deixaram o local, mas de certa forma, em muitos casos nem necessitaria a configuração do despejo, bastava que tal fato se configurasse como uma ameaça para que os moradores se sentissem prejudicados e aflitos.

A construção das moradias foi efetuada conforme a distribuição e divisão dos lotes. Segundo os relatos de alguns interlocutores as ruas foram entrecortadas com acesso ao rio Paraguai, ficando toda a área marginal com livre acesso. Os moradores foram orientados a proceder construções mais simples, até o momento em que fosse assegurada a permanência no local ou a chegada de investimentos, ao passo que se construíssem de outro material (alvenaria), maior seria o prejuízo se caso fossem despejados da área.

Ao construírem seus barracos improvisados conferiu aos moradores a demarcação de seus lotes e a possibilidade dos cuidados e zelo, o início de plantios e as criações de animais domésticos. Os barracos eram construídos pelos próprios moradores e apresentavam alta precariedade, o que pode ser compreendido a partir dos relatos do senhor Tony: “*quando entrei aqui estava um colonhão danado, eu tenho até foto da casinha aqui, casinha não, do barraco, eu fiquei seis meses aqui nesse barraco*”.

---

A ausência de infraestrutura na época da ocupação, no momento em que o loteamento das terras foi efetivado, permanece na memória por aqueles que a vivenciaram. O senhor Pinheiro relembra que “*o loteamento aqui, primeiro era nós mesmos que marcava, depois veio um topógrafo e marcou as ruas. Foi um momento das duras penas*”. Outros moradores revelaram o contexto da época:

Eu era novinha, eu moro aqui desde que abriu, da **época dos mosquitos, sem luz, sem nada, a gente era um sofrimento, misericórdia!** Chegava da escola e dava vontade de voltar de novo, mas só que aqui foi muito bom em estrutura ao rio” (Sr.<sup>a</sup> Cida Rossi, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Quando houve a **invasão** [...] então a gente pagava, fazia cotinha entre os moradores, pagava para abrir as estradas, tinha um homem chamado Ferrugem, ele tinha um trator com a lâmina e ele ia abrindo essas estradas assim, então **só tinha uma rede de energia particular que ligava o bairro, só** [...], e nós chegamos bem nessa **época, super precário, muito violento, não tinha energia elétrica, não tinha nada, serviço público nenhum, energia elétrica, água** (Sr. Zé Carlinhos, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Nesses relatos, percebe-se que as resistências quanto ao cotidiano dos moradores que participaram da ocupação da área, são marcadas pelos diversos momentos vivenciados por eles, desde a precariedade do lugar, ausência de segurança, bem como de serviços públicos básicos (energia elétrica e água encanada). Dessa forma, a permanência no local os fizeram resistentes, considerando que o objetivo maior era conquistar um pedaço de terra e proporcionar a dignidade para sua família, cada qual se organizava a sua maneira para garantir o seu pedaço de terra. O que ocorria tanto de forma individual como no coletivo para a manutenção e limpeza ao realizar o pagamento de máquinas para abrir as estradas, pois buscavam a melhoria para o lugar.

Outro ponto a destacar e que se verifica nas falas acima é que alguns referem-se ao movimento como ocupação e outros como invasão. Almeida (2006), ao indagar: os movimentos e manifestações promovidas pelos ditos sem-terra, sem teto, tratam de invasão ou de ocupação do espaço físico que é seu alvo? Esclarece que a invasão possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade, algo reprovável, denotando um tanto contrário ao juízo de valor social.

---

Já a ocupação, aplaca a ilegalidade e apresenta um sentido mais brando, é posse legalizada de algo, o que significa ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Para Bochicchio (2008), as invasões são consideradas ocupações que se encontram em situação ilegal em função da não regularização dos terrenos de forma jurídica.

Compreende-se que o movimento inicial partiu de uma invasão, ao passo que ao elevar a área como categoria de bairro, conforme a Lei Municipal nº 1.411 de 8/10/1997, passa a ter então o sentido figurado como ocupação, embora não tenham a documentação legalizada dos lotes.

Os moradores que relataram que a aquisição dos lotes onde construíram suas residências foi a partir da ocupação, revelaram que:

Quando eu entrei aqui esse bairro não era medido ainda [...] Eu vim da fazenda para cá, minha mulher adoeceu e eu não tive como ficar mais lá, e aí eu vim pra cá, quando eu cheguei [...] aí, ia dar um jeito de arrumar uma casa pra alugar até que eu construísse a minha casa lá no Santo Antônio, aí minha filha falou que eu não ia pra lá, aí me puseram aqui. Aí fiz uma casinha aqui de duas peças e furei um poço, aí quando veio à medição já tinha a base de cinco a seis meses ou mais [...] (Sr. Natalino, trabalho de campo, 2016).

Minha cunhada que ligou pra minha irmã avisando que estava tendo grilo aqui, aí nós ligamos pra nossa mãe né, e como ela também trabalhava em fazenda e morava em fazenda e **não tinha terreno**, aí ela veio pra cá, aí começou a grilagem [...] (Sr.<sup>a</sup> Cida Rossi, trabalho de campo, 2016)[grifo nosso].

Como aqui era uma terra do governo [...] aí o governo meio que abandonou a terra e o povo entrou para cortar terra, aí eu aproveitei e entrei aqui porque **não tinha terra e vivia em casa alugada** [...] aí veio o finado governador Dante de Oliveira, já doou à terra para os pobres aqui né? Aí então nós viemos pra cá, mudemos aqui e fizemos essa casa (Sr. Tony, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Nós viemos para cá por motivo de invasão, eu e minha família **morávamos no lixão** no bairro Santo Antônio (Sr. Zé Carlinhos, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Quando chegamos aqui não se tinha nada, era uma escuridão, não tinha energia, colocamos água também e aí o povo foi chegando e tinha vários lotes ainda baldios [...] e a comunidade foi aumentando como se encontra hoje, uma comunidade com bastante moradores [...] **O loteamento foi feito pela prefeitura, a prefeitura que fez o loteamento e eles foi doado para as famílias, a cada família na época foi a doação que foi feita, não recebemos ainda a escritura, mas pagamos o IPTU, é o**

---

**documento que nós temos aqui** (Sr. Figueiredo, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Tais falas levam ao entendimento de que o grande motivo para participar do movimento de ocupação e ir morar no bairro se deu em razão de não ter moradia própria. De acordo com Buchicchio (2008), a busca pela terra ou por moradia é oriunda de moradores de bairros populares, pessoas que estão inseridas no contexto de famílias de baixa renda salarial, ou quando se encontram desempregadas e se veem sem condições de pagar aluguel de casa, ou os que se encontram em situação de risco como no caso do senhor Zé Carlinhos, que morava no lixão juntamente com sua família.

De acordo com Santos e Zamparoni (2012, p. 133), na maioria das vezes, os loteamentos são ocupados por pessoas com baixo poder aquisitivo e baixo índice de escolaridade, oriundas da área rural, expulsas pela força do capital no campo, por pessoas que almejam na cidade um meio para mudança de vida ou uma forma de sobrevivência.

Embora no caso dos interlocutores a situação concreta é a necessidade de morar, Buchicchio (2008, p. 131) ressalta que é difícil precisar de que modo e por que as pessoas decidem participar de um movimento. Sinaliza que se o motivo fosse somente por conta da moradia, todos os que estão em situação similar também buscariam organizar-se dessa forma. Até mesmo porque os espaços são organizados conforme os valores que lhes são atribuídos ou das circunstâncias, seja em uma área pública ou privada, então, o uso do lugar é dado pelo que é tido como importante aos que se apropriaram e pelas possibilidades existentes em cada situação.

## Os ganhos com a terra: a apropriação, valorização da margem esquerda do rio Paraguai

Constatou-se nos relatos dos interlocutores que no momento da ocupação da área onde está instituído o Jardim Oliveira houve a existência de dois grupos: um dos que alegavam não ter moradias e nem empregos, outro por grileiros, muitos deles com posse das terras, passavam a terceiros através de venda ou de troca, como também ocorria com muitos moradores que não possuíam condições financeiras para construir suas moradias. Nos relatos compreende-se que a grande maioria da população que participou da ocupação já não mora no bairro. Em decorrência da venda ou troca dos lotes e casas já construídas há uma rotatividade de moradores.

Os depoimentos abaixo permitem entender como ocorreu o processo de apropriação da margem esquerda do rio Paraguai e os ganhos com a terra a partir da troca e venda:

Hoje eu vejo essas pessoas que chegaram depois da invasão, bem dizer assim, se a gente parar pra analisar, hoje da invasão é poucos moradores que tem e que é a realidade né? De todas a invasão as pessoas invadem e depois vendem né **exemplo é aquela beira do rio, as pessoas que ganhou o lote vendeu o lote a troco de geladeira, a troco de fogão e que eles estão lá hoje**. Os que chegaram, fizeram seus condomínios e pararam, os que têm os poderes e o que não tinha condições de construir pegaram e venderam, hoje são mínimas as pessoas que têm, se for fazer um levantamento no bairro hoje eu acredito, que dentro do Jardim das Oliveiras que participaram da invasão se não consegue encontrar aí cento e cinquenta pessoas (Sr. Florentino, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Aqui! Quando eu entrei aqui, já vai fazer 17 anos que nós moramos aqui, isso aqui era meio ilícito, aqui sem nada né? Aí depois que nós entremos aqui, aí o povo foi chegando, foi chegando, inclusive essa frente aqui era tudo aberto, agora está tudo fechado” (Sr. Tony, trabalho de campo, 2016).

Ali praticamente **foi escolhido a dedo, quem morava ali e quem não morava, porque é vendido também, foi vendido muitos terrenos ali na beira do rio**. Por ser na beira do rio então quem tipo assim, minha cunhada tentou pegar não conseguiu, outras pessoas mais carentes não conseguiu, ali praticamente foi escolhido a dedo e algumas pessoas venderam (Sr.<sup>a</sup> Cida Rossi, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Isso ocorreu pela invasão, [...] e a maioria das pessoas que pegaram terreno eram pessoas humildes e depois fiquei sabendo que foram comprando essas pessoas e **foram cercando, tomando conta**, fazendo muro de arrima e **tomaram conta dessa margem esquerda próximo da barranca** (Sr.<sup>a</sup> Dina, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Tais fatos revelam que com a troca ou venda dos lotes os ganhos com a terra, tanto para quem efetuou a troca por móveis domésticos, como para quem obteve o imóvel, a exemplo disso, foram os lotes localizados à margem esquerda do rio Paraguai que levou os moradores a se referirem como beira rio. Constata-se nas falas que a compra foi realizada por pessoas com melhores condições financeiras, as quais, diante da posse, construíram suas casas, seus condomínios, pousadas, residências e muros (ver Figuras 2 e 3).

Com os relatos é possível inferir que o que era para ser um bairro popular, passou também a consolidar-se em espaço voltado às pessoas com maior poder econômico, como também evidencia-se que as pessoas com menor poder aquisitivo não conseguiram um lote à beira rio, certamente não teriam condições de realizar a compra ou a troca, evidenciando assim as desigualdades sociais, reforçada nas falas da senhora Luíza Tonica, ao relatar que *“Isso é uma maior injustiça com os moradores antigos, porque eles mesmos foram vendendo os lotes e foram se isolando, então ficou uma margem de quem tem dinheiro.*

Figura 2: Características de moradias localizadas na margem esquerda do rio Paraguai.



Fonte: SOUZA, trabalho de campo, 2016.



Fonte: SOUZA, trabalho de campo, 2016.

---

As imagens revelam muito mais que a diferença nas características das moradias, coadunam com as falas das interlocutoras que moram nessa margem, ao se expressarem de que morar na margem do rio: *é um sonho, é adorável* (Sr<sup>a</sup> Antonia Ely), *é maravilhoso, é tudo de bom* (Sr<sup>a</sup> Luíza Tonica) e para a senhora Dina *ter o rio do lado de casa é uma maravilha*. É possível compreender as desigualdades sociais, o contraste social no bairro, como também corroboram com os apontamentos de Costa et al. (2014), ao realizarem o trabalho denominado “Olhar geográfico sobre o espaço urbano de Cáceres-MT”. Estes autores apontaram que no Jardim Oliveira, os proprietários dos lotes localizados na margem esquerda do rio, construíram residências, pousadas, restaurantes e casas de veraneios, estas são alugadas para os turistas nos finais de semana. Reforçam os autores que, com essa situação, percebe-se o contraste social no bairro que, se por um lado, há belas construções margeando o rio Paraguai, por outro, se observa casas simples, lotes baldios, sujos e abandonados.

Verifica-se também pesqueiros, residências das mais simples as mais luxuosas, muitas delas com piscina em seus quintais. As pousadas atraem turistas de vários lugares; tal procura reforça a busca pelo contato com o rio Paraguai, tanto para o lazer como para a pescaria, sobretudo porque as pousadas têm conexão direta com o rio. As casas de veraneio também são utilizadas como turismo de segunda residência, pois muitas dessas são propriedades de pessoas que possuem moradias em um determinado local e as utilizam somente aos finais de semana ou em feriados prolongados, férias ou datas comemorativas.

A esse respeito, Tulik (1995) se refere às casas de segunda residência como alojamento turístico particular, em razão da utilização temporária para lazer, geralmente, pelas pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar da cidade, ou em outros estados e países.

Conforme os relatos do senhor Pinheiro, no Jardim Oliveira há muitos que residem na margem esquerda do rio e que permanecem nessas moradias somente até o período em que a pesca é liberada, pois muitos deles:

---

[...] moram na cidade e que quando a pesca tá aberta, eles tão morando na beira do rio, isso aí tinha que acabar, acontece em tudo né? Tem o pessoal aqui que mora no rio, até fechar a pesca mora no rio, e aqueles que moram lá, é que acostuma acabar com as coisas boas que nós temos no rio, porque ele tá lá de noite, ele tá com arame armado no rio, instalado de travessão que eles falam né? Um monte de armadilha, já sabe o horário que a ambiental desce e o que não desce e ali ele vai pro mato mete o baião, mete o pau, mata o peixe, ele tá morando aí e os peixes às vezes saem em outro lugar, não vai nem nos barrancos deles (Sr. Pinheiro, trabalho de campo, 2016).

Percebe-se nos relatos a insatisfação do interlocutor com as atitudes dos moradores da margem esquerda que, além de estarem próximos ao rio, são os que deixam a desejar quanto à maneira que exercem a atividade de pesca, no que se refere aos utensílios embrenhados para driblar a legalidade da pesca.

Diante dos relatos percebe-se que, no Jardim Oliveira, a apropriação da margem esquerda do rio resultou não somente na expansão do bairro de forma desordenada, mas também nas transformações na área marginal. Conforme Zart et al. (2016), a margem esquerda foi aos poucos ocupada de forma irregular, cercada e impedindo a comunidade o acesso ao rio e à pesca, considerada a principal fonte de alimento à grande maioria dos moradores no bairro.

Em estudos realizados por Junior et al. (2013), o uso e a ocupação da margem esquerda do rio Paraguai tem contribuído de forma direta e indiretamente para a ocorrência de diversos impactos socioambientais, tendo em vista que, ao longo da margem, os tipos de uso/ocupação se caracterizam de formas múltiplas, pois encontram-se pousadas, pesqueiros, loteamentos, ranchos e acampamentos.

Verifica-se que, ao se apropriarem da margem do rio, não houve planejamento, muito menos preocupação com as APP's, mesmo estas sendo amparadas pela legislação ambiental 4.771/65. Devido à ineficiência do poder público quanto às medidas preventivas e coercitivas, a pressão antrópica sobre este rio foi se intensificando (SILVA, 2011). Com efeito, os estudos de Arruda et al. (2014) evidenciaram problemas ambientais como compactação e erosão dos solos em decorrência quanto ao uso inadequado, como também, verificaram assoreamento,

---

desmatamentos e destruição da mata ciliar ocasionados pela ação humana.

O senhor Eurípedes mora no local há 17 anos. O seu lote foi adquirido através de compra já de terceiros. Seus relatos é de quem vivencia o bairro e percebe sua evolução, assim como a mudança no perfil socioeconômico do Jardim Oliveira:

Esse bairro aqui, ele foi um bairro que foi construído mais para a classe humilde e com o desenvolvimento do bairro apesar de ser muito lento, começou a entrar muita gente de poder aquisitivo melhor, entendeu? Ai hoje já está até dificultando, o pobre hoje não consegue mais comprar um lote aqui, evoluiu muito devido entrar pessoas de poder aquisitivo melhor, construir casas melhores, ai **foi valorizando**, hoje está mais difícil à pessoa vir de lá e comprar um terreno no EMPA, de primeiro você comprava um terreno aqui era R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00, hoje qualquer terreno que você vai comprar, um terreno ai é R\$ 8.000,00 a R\$ 10.000,00 quer dizer inflacionou muito, quer dizer foi boa a melhoria para o bairro, mas inflacionou muito, hoje tem **terreno ai próximo do rio** que eles pedem de R\$ 70.000,00 a R\$ 80.000,00 (Sr. Eurípedes trabalho de campo, 2016)[grifo nosso].

Nos relatos acima está explícita a valorização da margem esquerda do rio no bairro, devido a construção de casas diferentemente das que foram construídas no momento da ocupação e demais casas no bairro, assim a área mais valorizada não é o fundo do bairro, pois este é considerado a parte periférica, mas sim, as propriedades localizadas na margem esquerda do rio Paraguaí.

Cavalcanti (2013) enfatiza que a valorização de uma área está associada ao processo de reestruturação, esta, por sua vez, leva à segregação e à fragmentação de grande parcela da população, isso reforça ainda mais a existência de áreas periféricas, assim como no Jardim Oliveira que, de fato, a fragmentação e as diferenças socioeconômicas são percebidas pelos interlocutores em suas falas, revelando que a desigualdade manifestada se apresenta não somente em relação aos estilos de moradias e meios de locomoção, mas se colocam, sobretudo, as diferenças de classe entre os moradores da margem do rio e pelos moradores das demais ruas do bairro.

---

Os apontamentos do senhor Crepaldi e a da senhora Leny, revelam que: “*Há uma diferença, ali mora o pessoal mais classe alta ali*”, “*são melhor de situação só né?*”, assim como também os de outros interlocutores, como abaixo:

Depende do padrão, gente que mora na beira do rio é gente que tem o poder de aquisição maior, já os que mora pro lado de cá é gente pobre, pobre mesmo, então tem essa diferença e muita (Sr.<sup>a</sup> Deisinha, trabalho de campo, 2016).

Eu penso que sim, existe uma diferença né, principalmente na questão social, econômica né? É questão visível né? Das moradias né? Da locomoção do que se tem né? De locomoção, de trabalho então, geralmente o trabalho deles, não é somente da pesca, alguns sim usam aquela margem pra renda da pousada né? Mais é diferente (Sr.<sup>a</sup> Edna, trabalho de campo, 2016).

A partir dos relatos verifica-se que as formas de interações dos moradores entre si e com o lugar são distintas, fato que se configura na complexidade do local, evidenciando o campo de forças quando da apropriação da margem do rio, pois são os que dominam mais o espaço visual e acesso em relação ao rio Paraguai. Ocupam um lugar privilegiado, podem vislumbrar o pôr do sol a cada vez que olham pela janela, podem pescar no rio a qualquer momento.

Essa situação é argumentada pela senhora Cida Rossi, isso porque os moradores das proximidades do rio “*para eles é só dar um pulo que já está no rio, mas para nós, com as construções das casas na beira do rio, só sobrou dois caminhos*”. Esses caminhos são apontados como trieiros, cuja acessibilidade é possível somente a pé, de motocicletas, bicicletas, e quem possui embarcação de pequeno porte, ao passo que para outras embarcações necessitam ir para outros pontos de acesso ao rio Paraguai.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revelaram que a área onde está instituído o Jardim Oliveira era marcada pela existência de paisagem predominantemente rural, destacada pela presença das empresas que no local se instalaram, pois se valiam de pesquisa experimental.

Os moradores pioneiros no Jardim Oliveira carregam nas lembranças o que vivenciaram quando chegaram ao local. Enfrentaram a precariedade do local, assim como, a insegurança, as incertezas e ameaças que sofreram. Eram vistos como invasores de terras, essas experiências os fizeram resistentes para a permanência no lugar até os dias atuais.

O bairro vive a dinâmica de ocupação socioespacial num processo de transformação, em face de ocupação e apropriação da margem esquerda do rio Paraguai, que ocorreu a partir de venda e troca, fatores que culminaram na dominação da área marginal. Houve os ganhos com a terra, grileiros e moradores comercializaram os lotes a baixo preço, houve trocas dos lotes por móveis domésticos, motos, bicicletas.

Devido à localização do bairro, este atraiu muitas pessoas de poder aquisitivo para o local, evidenciando uma nova configuração espacial e presença de alterações nas construções. As desigualdades sociais no bairro resultou na divisão deste, que é visivelmente percebido ainda em um primeiro olhar, visto que, se de um lado há casas residenciais e de veraneio, com pousadas que levam muros e ocupam a margem do rio, do outro lado há casas simples de madeira cercadas de arame e balaústra. Importante ressaltar que na margem do rio não há presença de lotes vazios, ao contrário das demais ruas do bairro, o que percebe casas e lotes abandonados que acumulam lixo domésticos e entulhos.

Nesse sentido, as condições históricas dentro das quais estas expansões e apropriações da margem esquerda do rio ocorreram e ainda ocorrem, acarretam em problemas socioambientais. Isso porque essas apropriações não tiveram o devido planejamento dos órgãos governamentais responsáveis pela ordenação da urbanização, estes competentes pela aplicação

---

de medidas, conforme o estabelecido nas leis em vigência.

A área foi ocupada no ano de 1996 e até os dias atuais os moradores do Jardim Oliveira não possuem os documentos de seus lotes, o que lhes dão a garantia como proprietários é a efetivação do pagamento anual do IPTU, a não regularização habitacional justifica-se pelos órgãos governamentais devido à localização de uma APP.

O que torna contraditório, primeiro porque a área foi elevada como categoria de bairro no ano de 1997, pela Lei Municipal nº 1.411 de 8/10/1997, e segundo a Lei nº 2.431 de 12/5/2014 que tem como finalidade a denominação de Ruas, Avenidas e outros logradouros da cidade, visando o atendimento do projeto de codificação postal no Município de Cáceres/MT. A partir desta Lei o Jardim Oliveira teve as alterações nos nomes das ruas e é referido como um bairro, o que nos leva a crer que se a localidade está sob ação judicial, não deveria ser tratado como um bairro, e sim, primeiramente as medidas pertinentes à área deveriam ser efetivadas.

Portanto, a relevância do estudo está no fato de construir conhecimentos a respeito do bairro a serem compartilhados no meio acadêmico, na educação básica, para a própria população do bairro, considerando a escassez de referenciais teóricos a respeito do Jardim Oliveira, como também gerar ações que envolvam a construção de novos olhares dos moradores e poder público sobre o bairro e novos caminhos e possibilidades de intervenções quanto aos dilemas socioambientais que vivenciam no dia a dia.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. C. Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8882>>. Acesso em: 04 set. 2006.

AMORIM, I. A. Proposta de sensibilização de educação ambiental no bairro Jardim Oliveira, para redução dos impactos ambientais na margem esquerda do rio Paraguai – Cáceres – MT. Cáceres–MT: UNEMAT, 2003.

ARRUDA, S. B. S; ANDRADE, L. N. P. S; SOUZA, C. A. CRUZ, J. S; LEANDRO, G.R.S. **Características socioeconômicas dos ribeirinhos no rio Paraguai, município de Cáceres, Pantanal Mato – Grossense – Brasil.** Geografia em Questão, v. 7, n. 02, 2014.

BOCHICCHIO, S. **Movimento dos sem teto de Salvador: Estratégias de apropriação dos espaços e territorialização.** Salvador. 2008.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto, 1994.

CAVALCANTI, L. S. A cidade ensinada e a cidade vivida: encontros e reflexões no ensino de geografia. In: **Temas da Geografia na escola básica.** (Org.) Lana de Souza Cavalcanti. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

COSTA, A. B. S; JUSTINIANO, L. A. A; COSTA, D. L; SILVA, T. P. **Olhar geográfico sobre o espaço urbano de Cáceres- MT:** experiências e vivências compartilhadas através da aula a campo. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

---

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultado do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26/Mai/2016.

JUNIOR, U. J. R.; BAMPI, A. C.; CRUZ, J. S. **A atenuação dos impactos e conscientização dos agentes envolvidos no processo de uso e ocupação das matas ciliares no rio Paraguai: entre a foz do rio Sepotuba a cidade de Cáceres região do Pantanal Mato-Grossense através gestão ambiental**. Revista de Estudos Sociais, v. 15, n. 30, 2013.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbórea nativas do Brasil**. Nova Odessa, SP. Ed. Plantarum, 1992.

LUDKE, M. & ANDRÉ.M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 6. Ed. São Paulo: EPU, 2003.

MENDES, N. F. **Memória Cacerense**. Cáceres, MT: 1998.

\_\_\_\_\_. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Tomo II. Cáceres-MT, Ed. Unemat (apoio Fapemat/IHGC), 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 6. Ed.- 1994.

MORENO, G. **O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso**. Geosul, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

POLLACK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n 3, 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, L; ZAMPARONI, C. A. G. P. **Evolução demográfica e influência no uso e ocupação do solo urbano em Cáceres (MT) entre 1940 e 2010**. Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil. ACTA Geográfica, v.6, n.13, 2012.

---

SANTOS, W. M. Cáceres, cidade da fronteira no contexto da integração regional. In: **Novas Territorialidades nas Cidades Mato-grossenses**. (Org) Sônia Regina Romancini. Cuiabá: UFMT, 2009.

SCHMIDT, M. L. S e MAHFOUD, M. H. **Memória coletiva e Experiência**. Psicologia USP. São Paulo. 1993.

SILVA, J. M; SATO, M.T. **Territórios em tensão**: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 15, n. 1, 1 -28, 2012.

\_\_\_\_\_. **Territórios e identidades**: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 2., 261-281, 2010.

SILVA, R. V. **Uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai e a percepção ambiental do município de Cáceres, Mato Grosso**. 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em [www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2011/](http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2011/) acesso em 08/out/2015.

SILVA, R. V. e SOUZA, C. A. Ocupação e degradação na margem do Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 1, 125-152, 2012.

SILVA, R. V., SOUZA, C. A. BAMPI, A. C. Os olhares dos pescadores profissionais e proprietários comerciais, sobre o rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n. 32, 2014.

SOUZA, D. D. **Programa Mais Educação em uma escola municipal em Cáceres/MT**: sujeitos, espaços e tempo. Dissertação de Mestrado, 2015.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**.

---

Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TULIK, O. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. 1995. 154 f. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo 1995.

ZART, L. L, MENDES, E. P. e FERREIRA, T. N. F. Organização Socioeconômica de Mulheres: interpretações a partir de um bairro periférico de Cáceres-MT. Revista Cultura & Extensão UNEMAT, 1.1 (2016): 60-72.

#### **Documentos:**

- Atas da Associação dos moradores do Bairro Jardim Oliveira
- Decreto de nº 13 datado de 16/09/1950, Prefeitura Municipal de Cáceres
- Lei Municipal nº 1.411 de 08/10/1997
- Lei nº 2.431 de 12 de maio de 2014
- Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Cáceres – Mato Grosso, Inquérito I Civil sob nº 1.2000.000181/2014-20.Recomendação nº 27/2016/MPF, 2016).
- Registro Geral – 1ª Circunscrição imobiliária – Livro 02. Comarca de Cáceres/MT.
- Relatório de Atividades e Produções do Posto Agropecuário de Cáceres.
- Relatório de Levantamento de tablados, acampamentos, ranchos e píeres, disponibilizado pela SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente.)